

# **FORMAÇÃO DOCENTE EM SÃO JOÃO DEL-REI NO FINAL DO SÉCULO XIX: UM ESTUDO A PARTIR DO COLÉGIO NORMAL NOSSA SENHORA DAS DORES**

Maria Aparecida Arruda

Universidade Federal de São João del-Rei

email: cida@ufs.edu.br

Palavras-chave: Colégio Normal Nossa Senhora das Dores – Ensino religioso – Formação Docente.

O tema *formação docente* tem sido objeto das pesquisas que venho desenvolvendo nos últimos anos e está inserido em um projeto de maior alcance em que busco refletir não só o processo de formação docente, mas a sua triangulação em que estão presentes o ensino confessional católico e a questão de gênero. Faço isso a partir do estudo do Colégio Normal Nossa Senhora das Dores, buscando entender as condições de possibilidades e as circunstâncias que contribuíram para sua criação na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, onde está localizado. Os acontecimentos que envolveram a criação, instalação e funcionamento da instituição estiveram na ordem do debate sobre os quais procurei investigar. Nesta incursão a atenção se voltou para a busca da constituição da profissionalização docente, a inserção do público feminino no processo de escolarização, as condições que permitiram o acesso desse segmento aos saberes escolares, assim como a permanência desses sujeitos no espaço escolar. As condições de estabelecimento da instituição na cidade estiveram intimamente relacionados à vinda das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo, fator que levaria ao estudo da congregação a partir de um determinado “modelo” de educação desenvolvido no interior da Igreja Católica: a pedagogia vicentina.

Na mesma direção, foi realizado um estudo acerca da congregação, a produção discursiva voltada para os saberes e práticas educativas desenvolvidas pela Igreja e implementadas pelas freiras vicentinas na cidade de São João del Rei, bem como o estatuto de organização da própria ordem, que regulamenta essas práticas, configurando um sistema de regras – seus princípios e normatizações.

O ensino no Colégio esteve voltado para um público exclusivamente feminino nos anos iniciais de seu funcionamento, o que fez emergir a necessidade de observar a construção social das relações de gênero, cujo entendimento flexiona-a no plural diante da multiplicidade de vivências e condições, conjugando-as a partir de uma perspectiva relacional. Cabe aqui a ressalva acerca da questão do gênero, dado que ele se insere no debate à medida que esse público constituiu-se das condições de funcionamento da instituição nos anos iniciais de funcionamento. Isto implica dizer que a análise não foi direcionada à mulher no singular, visto que “nenhuma compreensão de qualquer um dos [sexos] pode existir [por meio] de um estudo que os considere totalmente em separado”, conforme enfatiza SOIHET (1997, p. 279).

Nestas circunstâncias a profissionalização do magistério foi problematizada. Vista pelos historiadores como um movimento em consolidação, vários estudos observam que a profissionalização docente da escola elementar, no final do século XIX

e início do XX, passou a ser constituída por mulheres, diferentemente de anos anteriores cujo espaço era ocupado exclusivamente por homens.

A expansão da educação feminina, assim como o fortalecimento da religião e das interdições ao mundo moderno teve suas discussões fortalecidas no século XIX. Tanto o Estado quanto a Igreja, acreditando no poder de ampliação de seus interesses, buscam, por meio desse público, ampliar os seus interesses. O que variava na aplicação e efetivação das escolas eram as relações político-religiosas locais.

Minas Gerais, já identificada como de gente que se diz “modesta e ordeira”<sup>i</sup>, esteve inserida nesta discussão e a mulher, como venho buscando mostrar, instrumento da expansão do catolicismo.

A instalação do Colégio em São João del-Rei constituiu-se em fato de destaque dado ao processo de modernização/urbanização que vinha sendo experimentado no país. São João del-Rei, em sua especificidade, não fugia a esse processo e passou, no início do século XX, por mudanças importantes, marcados pelo discurso da modernidade e do progresso. A modernidade aqui considerada como as transformações no espaço urbano de São João del-Rei encontrou na cidade um espaço privilegiado para essa materialização. Nela uma nova paisagem foi se projetando, tendo como base o desenvolvimento industrial, a remodelação dos espaços, os novos meios de comunicação e, consequentemente, um maior crescimento populacional<sup>ii</sup>.

As práticas de reconfiguração urbana advinda das diversas concepções (política, econômica, cultural, social, educacional...) abrem margem para a compreensão de que, na tentativa de configurar o cenário moderno, estratégias foram acionadas, de modo a provocar interferências no modo de ser, pensar e agir da população capaz de conformar, na população, uma *atitude moderna*<sup>iii</sup>.

Os hábitos populares se tornavam alvo de especial atenção e medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres, inculcando-lhes valores e formas de comportamentos que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo.

Nesta perspectiva, a constituição de espaços e tempos escolares recaía não só para a criação de salas de aula, mas também para a formação de professores de modo que a *modernidade* fosse incorporada aos atos, falas e modos dos habitantes.

Uma das apostas recaía sobre o investimento na expansão das áreas de atuação da *forma escolar* nos moldes a que Vicent, Lahire e Thin (2001)<sup>iv</sup> a nomearam para se referir a uma forma especificamente escolar de socialização da infância e da juventude. Nesse novo formato buscava-se a configuração e difusão da instituição escolar, cujos saberes e práticas específicos de sociabilidades, uma vez despertados, inculcados e exercitados nos espaços e tempos escolares, ultrapassassem os muros e portões da escola<sup>v</sup> e, na sequiência, contribuíssem para a (re)construção e organização do espaço público da cidade. Nessa medida, tomada pelas necessidades e exigências sociais que insistiam na urgência em controlar e fiscalizar a ocupação populacional no ideal de reorganizar o cenário urbano, esteve em cena preocupações em (re)significar os possíveis papéis que seriam desempenhados pela população<sup>vi</sup>.

Ao se debruçar sobre as fontes documentais referentes ao século XIX, percebe-se que havia um vigoroso debate em torno da questão educacional no País (GOUVÉA, 2201). Tal debate, iniciado no período imperial, ganha contornos maiores na definição de políticas de atuação no período republicano, acompanhado da adoção, nesta perspectiva, de uma metodologia de ensino cientificamente fundada que uniformizasse as práticas pedagógicas.

O presente estudo se insere neste debate, tendo como fonte uma vasta documentação localizada no Colégio Nossa Senhora das Dores aspectos da formação

docente e da profissionalização do magistério na cidade de São João del Rei, tendo como recorte os anos finais do século XIX e o início do século XX. Consta desta documentação livros de atas, exames, matrículas, disciplinas lecionadas, livros de registros de ofícios e documentos, termos de visitas de inspetores de ensino e outros. O material consultado foi localizado no CNSD, no Arquivo Público Mineiro, constituindo ainda de relatórios de Província/Estado do período. Soma-se a essa documentação a legislação e os regulamentos vigentes no período.

## O colégio na cidade

O Colégio Nossa Senhora das Dores foi fundado pelas Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo na cidade de São João del Rei, em 1898. As religiosas, também denominadas “vicentinas” se instalaram no Brasil em meio ao movimento de expansão das atividades assistenciais e sociais da Igreja Católica do século XIX, tendo como propósito desenvolver ações pastorais e educacionais. Vindas da França e em conexão com o Superior Geral da Congregação da Missão, Padre Etienne e a Casa Mãe de Paris (Superiora Geral da Congregação da Missão)<sup>vii</sup>, instalaram-se inicialmente em Mariana, Minas Gerais, em fins da década de 1840)<sup>viii</sup>, e, posteriormente, em todo o País<sup>ix</sup>. O trabalho das missionárias com as “chamas da caridade” consistia no atendimento aos pobres em suas casas, em hospitais e escolas para meninos e meninas, orfanatos, asilos, casas para “loucos”, casas de saúde, prisioneiros e outros.

Conhecidas popularmente como “Irmãs Vicentinas”, as Filhas da Caridade, chegaram em São João del-Rei no fim da década de 1880 com atribuição de organizar o funcionamento e ajudar na manutenção da Santa Casa de Misericórdia<sup>x</sup>. Suas ações, no entanto, foram expandidas com a criação e organização de um Externato, com a construção e funcionamento de um prédio para o Recolhimento das Expostas, assim como a de um colégio<sup>xi</sup> com o objetivo de arrecadar fundos para a manutenção das órfãs. Se considerarmos o conjunto dessas ações, em sentido ampliado, observamos entrelaçamentos que reúnem educação e caridade sendo, às vezes, mais caritativas do que educacionais, no caso em questão, uma como produto da outra, articulados, entrelaçados, visceralmente cruzados. Nessa direção, a instalação e o funcionamento do Colégio assumiria um importante papel, dado que na finalidade de sua criação encontrava-se o de arrecadar recursos que pudessem auxiliar na manutenção da Santa Casa de Misericórdia, que estaria passando por dificuldades financeiras.

O prédio foi construído para abrigar cem alunas internas e tantas outras externas, para a formação primária, “ginasial”, secundária e o Curso Normal, tendo funcionado em regime de internato, semi-internato e externato. Não por acaso, a construção do prédio do Colégio se deu no momento em que se discutia a necessidade de construção de espaços escolares que viessem atender a instrução primária<sup>xii</sup>, secundária, superior e profissional, em consonância com os modernos preceitos pedagógicos e higiênicos que fossem capaz de atender a população. Ainda que o debate tenha se iniciado no período imperial, nas primeiras décadas republicanas ocorreram mudanças significativas no processo de escolarização no Brasil. Entre eles, conforme analisa Cynthia Greive Veiga (2009)<sup>xiii</sup>, destacam-se,

... o surgimento dos grupos escolares, o aperfeiçoamento das Escolas Normais, a reestruturação da escola como equipamento urbano e mudanças na concepção dos espaços escolares e seus usos (pátio, ginásio, auditórios, cantina, biblioteca, jardins, horta, museu, sala de aula); estruturação de novos métodos e conteúdos de ensino;

proliferação de materiais pedagógicos; divulgação do ideário da escola nova; intensificação dos debates sobre a função da escola pública; ampliação da produção intelectual e de grupos de intelectuais engajados nos debates sobre educação, o ensino e políticas educacionais.

O discurso sobre a necessidade de reformas das escolas normais apontava para sua reestruturação entrando em pauta o debate acerca da aquisição de conhecimentos científicos relacionados ao ofício docente, assim como o estabelecimento de um ensino fundado em preceitos metodológicos que uniformizasse as práticas docentes.

Não raro se vê expresso em relatórios de Presidente de Província/Estado o discurso em favor do incentivo às escolas particulares como alternativa, conforme sugere o desembargador Francisco de Faria Lima ao fazer um pronunciamento à Assembléia Provincial de Minas Gerais, em 4 de maio de 1886,

[...] talvez seja preferível, em vez de prover as cadeiras, animar e desenvolver o ensino particular, dando-lhes subvenções maior do que a fixada no regulamento n. 100, não tornando este auxílio dependente das condições que o mesmo regulamento prescreve.

Prossegue o desembargador argumentando que a quantia necessária ao provimento das 481 cadeiras citadas no relatório subvencionaria o duplo ou o triplo de escolas particulares. Vale lembrar, no entanto, que o referido regulamento prevê subvenção às escolas particulares, procedendo informações das câmaras municipais, e a cessação das mesmas subvenções<sup>xiv</sup>, assim como a “criação, supressão ou remoção de cadeiras”<sup>xv</sup>.

Para o Inspetor Geral da Instrução Pública, Dr. Mathias de Vilhena Valladão, em relatório apresentado em outubro de 1886, o insucesso do ensino era atribuído “à péssima organização das escolas normais”. Para que o ensino fosse bem sucedido, argumentava o inspetor, faltavam dois elementos essenciais “a educação científica e a educação moral: uma que lhe dá força do espírito, o amor ao estudo; a outra que apura os sentimentos, e dá-lhes a consciência, a compreensão nítida da importância e da grandeza de sua missão”<sup>xvi</sup>.

O discurso sobre a necessidade de adequar as escolas às novas regras pedagógicas e higiênicas se faziam presentes tanto na ordem administrativa quanto na legislativa. É exemplar, neste sentido, a “fala” do Sr. Antônio Teixeira de Souza Magalhães em relatório apresentado ao desembargador Francisco de Faria Lemos, em 1887 acerca da

Um ponto que merece acurado estudo, e que pela sua importância está a chamar atenção de nossos legisladores, é o que se refere às casas em que funcionam as escolas, e ao material de ensino que os professores têm a sua disposição. Não basta criar todos os anos cadeiras novas para assegurar os progressos da instrução. A escola funcionando em prédios alugados, quase sempre mal situado sem a observância de nenhuma regra higiênica, nem pedagógica, não só dificultam enormemente a ação do mestre, como tornar-se mesmo nociva à saúde dos meninos. Cumpre esforçar-se por tornar a escola um lugar possível, onde o aluno penetre com satisfação, e sem nem sacrifício da sua vida física; abrir salas espaçosas, e com mobília adequada de modo a não embaraçar antes facilitar o livre desenvolvimento

orgânico; estimular por meio dos objetos convenientemente escolhidos a curiosidade infantil, falar sempre, e ao mesmo tempo, à inteligência e aos sentidos dos meninos, em uma palavra, cumpre obedecer em nossas escolas aos preceitos da higiene e aos preceitos pedagógicos – se quisermos preparar, para nos substituir, uma geração que a cultura do espírito, ao desenvolvimento das ideias, junto à perfeição e o vigor do corpo<sup>xvii</sup>.

Na mesma direção a mensagem dirigida ao congresso mineiro, em 1898, pelo então Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes, acentuava a necessidade de criação de escolas sugeridos pelo Diretor da Instrução Pública da Província de Minas Gerais em outubro de 1886, acima referido.

Torna-se preciso [...] que doteis o Poder Executivo de recursos para construção de casas onde funcionam as escolas de instrução primária, e para a aquisição do material preciso para melhor difusão do ensino, de acordo com os modernos preceitos pedagógicos.

Em muitas localidades não existem edifícios para as necessidades da instrução e em muitas outras os destinados para esse fim são de todo imprestáveis, quer se tenha em vista a higiene e a pedagogia, quer as comodidades do professor.

Em geral mal remunerado, tem ainda o professor primário, em muitas localidades do Estado, o encargo de pagar o aluguel de casa onde funcione a escola que rege, e a casa nessas condições adquirida é quase sempre má. Mesmo os edifícios pertencentes ao Estado existentes em diversas localidades e destinadas às escolas públicas, não satisfazem as condições exigidas pela pedagogia moderna, e muitos deles precisam de concertos radicais para a sua conservação.

Em outra direção, não raro se vê expresso nesses discursos, manifestações dos organizadores da instrução favorável ao ensino particular, conforme já demonstrado acima. Neste aspecto vale lembrar a pesquisa realizada por Cynthia Veiga (2008), em que relata a existência de documentos sugerindo que, “em geral, as famílias mais abastadas não enviam seus filhos aos mestres públicos, preferindo a aprendizagem no domicílio ou em aulas particulares”. Cita, a título de exemplo o relatório do vice-diretor geral da Instrução, Antonio José Ribeiro Bhering,

[...] o número das aulas particulares é considerável. Sua freqüência é pelo menos igual a das escolas públicas. Os pais dão preferência ao ensino particular, por que nem todos os professores, ou melhor, grande número de professores, não dá as preciosas garantias de saber, honradez e moralidade, requisitos que os pais ou educandos consultam quando tratam da educação de seus filhos<sup>xviii</sup>.

A necessidade de reforma das escolas normais mantidas e reforçadas nos discursos posteriores sugere que a forma incipiente, assistemática e descontínua, aliada aos insuficientes recursos, possibilitava a construção de um projeto de educação capaz de atender à população.

Após experienciar metodologias diversificadas – método simultâneo, mútuo e posteriormente o misto – ao longo do século XIX, no final do Oitocentos e nos anos iniciais do século XX, o *método intuitivo*, uma inovação européia, constituiria na base para a modernização da forma de ensinar. Elemento central de renovação pedagógica, esse novo método seria discutido como uma possibilidade, enquanto procedimento didático, para o que o Colégio Nossa Senhora das Dores contribuiu para dar visibilidade. E os investimentos recaíam em procedimentos envolvendo manuais que buscavam instrumentalizar os pais, professores e alunos, sugerindo procedimentos e conteúdos que fossem capaz de concretizar as inovações pretendidas. Nesses manuais foram explicitados os princípios sobre o conhecimento, afirmando a importância dos sentidos da aprendizagem, o privilegiamento da observação e da experiência como atividades cognitivas, entendendo serem estes os pontos de partida para o conhecimento, segundo os princípios epistemológicos do método.

Maria Cristina GOUVEIA (2001) ao analisar o processo de formação, seleção e contratação de professores públicos na província mineira, e a institucionalização da educação escolar no século XIX, verificou, por um lado, a afirmação da necessidade da qualificação docente na direção de uma maior profissionalização, por outro, a desqualificação dos saberes acumulados pelo professor e pela perda de sua autonomia, dado que, no processo de seleção avaliado pela autora “este é avaliado em conteúdos anteriormente inexistentes na grade curricular”<sup>xx</sup>.

Estudos sobre Escolas Normais no Brasil, sugerem o século XIX como o período de sua implantação, após ter sido colocado o ensino elementar sob a responsabilidade das províncias que, em consequência, deviam cuidar, também, do preparo de seus professores. Esses mesmos estudos mostram, no entanto, que incertezas e precariedades marcam o movimento inicial da maioria das escolas Normais brasileiras. Não só as inconstâncias nas datas de criação e a de instalação, de aberturas, fechamentos e reaberturas estiveram presentes no movimento de constituição da maioria dessas escolas. Também as diretrizes metodológicas alternavam-se de acordo com a definição de seus dirigentes, com ações, muitas vezes personificadas<sup>xx</sup>.

Nas décadas finais do século XIX, as Escolas Normais consolidam-se como espaços privilegiados e institucionalizados de formação de professores primários, demonstrando uma tentativa de regulamentar a profissão, concentrando discursos e práticas definidoras de um perfil da profissão docente em Minas Gerais, ainda que permanecesse a crítica quanto à qualidade da formação ministrada.

Associadas ao projeto de constituição do estado-nação moderno, as primeiras escolas normais públicas brasileiras, vinculadas à preocupação em levar a instrução a “todos”, buscava imprimir uma “identidade de hábitos intelectuais e morais” na população. Seja como ideia, seja como efetivação, essas escolas foram criadas para atender alunos homens e mulheres. No final do século XIX, configura-se a expressiva inserção das mulheres na docência elementar, em substituição aos professores do sexo masculino, associada à expressiva legitimação de um modelo mais econômico: a escola primária mista.

Em meio a esse cenário, ou seja na perspectiva de oferecer uma formação docente calcada em princípios de moralidade, civilidade e de pertencimento à pátria, nos moldes da constituição do estado-nação acima referido, é que foi autorizada, pelas autoridades de ensino e pela sociedade são-joanense, a fundação do Colégio Normal Nossa Senhora das Dores em São João del-Rei, sob os auspícios das Filhas da Caridade, em cujo projeto os agentes sociais da localidade depositavam confiança.

Do ponto de vista da construção, seu detalhamento, sugere uma arquitetura marcada por um estilo atento ao novo momento que o país anunciaava, o que fez com o edifício causasse admiração tanto pela sua arte como pela funcionalidade, ponderando tanto o discurso da modernização arquitetônica, quanto do papel da educação que as autoridades propagandeavam. Sua arquitetura chamava a atenção pela elegância e imponência, tornando-se, juntamente com a Capela Nossa Senhora das Dores e a Santa casa de Misericórdia, o que se poderia nomear no cartão postal da cidade.

A formação de novos quadros para o magistério, o cuidado da infância e a disseminação do espírito nacional presentes nos discursos de reformistas após a república, ia ao encontro do ideal de uma Escola Normal que abarcasse tanto os saberes pelas experiências quanto a aplicação de seus métodos. Dessa forma, o preparo docente e a educação para o trabalho se tornaram uma emergência, uma necessidade, projetando uma educação que permeasse a formação de professores firmada sobre os princípios modernos. Não por acaso esse processo ocorre no interior de um movimento social de racionalização do tempo, próprio das relações capitalistas que se estabeleciam naquele momento. No caso mineiro, e mais particularmente em São João del Rei, projetavam a continuidade, com base em uma visão cristã e católica da realidade social.

Nesse sentido, de braços dados com o Estado, o projeto das Vicentinas buscava ocupar lugar central no seio da sociedade, a fim de dar visibilidade aos seus princípios e métodos e, desse modo, obter reconhecimento social.

### **A formação docente em São João del Rei**

Um dos aspectos que garantiriam a presença das mulheres no magistério apontado pela historiografia brasileira que procurei demonstrar na minha tese de doutoramento, refere-se à própria defesa da educação para o sexo feminino como necessária à modernização da sociedade, à higienização da família e na construção da cidadania dos jovens.

Articulando discussões de gênero e formação docente, estudos têm sido realizados buscando construir os lugares que permitiram às mulheres a ocupação dos cargos de professoras primárias do ensino público e particular.

As condições de possibilidades da feminização do magistério podem ser observadas nas políticas educacionais atreladas a um discurso em que se buscava (re)produzir essas condições. Há que se considerar, entretanto, outros investimentos como publicações especializadas, voltadas para o público feminino, a impressão e distribuição de materiais pedagógicos, assim como a forma de representação contida nesses manuais. Refiro-me a uma nação educativa que atente para outras instâncias que não a escolarização, mas que tiveram importante função na transmissão de valores, comportamentos e na difusão de conhecimentos.

Tendo em vista essa noção ampliada de educação, nesses meios/espacos circularam romances, jornais, revistas, sermões, apresentações teatrais, festas, pinturas e outros. Neles se fizeram exprimir valores que, se não caracterizam plenamente o momento histórico em questão, difundiam, de acordo com a construção da realidade que se queria produzir, uma determinada representação de sociedade, incutindo e produzindo determinados padrões de comportamento. Ao mesmo tempo que se constituem espaços de difusão cultural, os clubes de leitura, círculos de estudos, grêmios, clubes esportivos e recreativos e clubes literários são representativos da existência de mecanismos de difusão cultural, agências educativas e de redes sociais e institucionais.

A escolha pela profissão docente das alunas pesquisadas pareceu-me ser uma oportunidade do trabalho fora do lar. “Era uma oportunidade de aprender uma profissão” – ter uma ocupação”, relata Aurene Maria David, ex-aluna do Colégio em entrevista à pesquisadora. Em uma época em que havia poucos lugares permitidos a “uma mulher de família”, freqüentar uma escola propiciava um ponto de encontro e possibilidade de articulação das mulheres entre si. Somava-se a isso a instituição de novos hábitos e comportamentos, especialmente aqueles ligados às transformações urbanas produzindo novas demandas sociais. A identificação da mulher na atividade docente como extensão da maternidade não subverteria sua função feminina primordial. Esta, não só poderia, como deveria ser ampliada. Para tanto, seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. Essas características, consideradas tipicamente feminina, articuladas à tradição religiosa da cidade, reforçavam a ideia de que a docência deveria ser percebida mais como um sacerdócio e um gesto de entrega do que propriamente uma profissão.

Assim é que a presença significativa da religião e da moral cristã no currículo perpassava todo o ensino ministrado no Colégio, sacralizando o mestre, cuja imagem se fundamentava em modelos de comportamentos e na produção de representações sobre o professor ideal. Assim como assinala Villela (2002), Gondra e Schuler (2008) percebemos que essas representações encontravam-se diretamente ligadas a atributos exemplares, tais como a calma, modéstia, reserva, disciplina, disciplina, discrição e capacidade para administrar, disciplinar e vigiar. Esses atributos deveriam estar presentes tanto no domínio da atividade docente quanto nas atividades do cotidiano da vida doméstica. As jovens normalistas, muitas atraídas, também, pela necessidade de trabalho, seriam cercadas por restrições e cuidados para que a profissionalização não se chocasse com a sua feminilidade.

No Colégio Nossa Senhora das Dores formava-se para ser dona de casa, depois para o magistério (nessa ordem, como fez questão de afirmar Aurene). Para isso era necessário que estivessem plenamente preparadas e soubessem portar-se “adequadamente” em sociedade. Além disso, a possibilidade de ascenderem às instâncias formais da educação, sobretudo para as mulheres de uma cidade do interior do País como São João del Rei, deveu-se, naquele momento, quase que exclusivamente, ao CNSD, posto que, conforme afirma Tirado (1987)<sup>xxi</sup>, havia apenas duas escolas secundárias na cidade, uma para cada sexo: para o masculino, o Ginásio Santo Antônio e, para o feminino, o Colégio Nossa Senhora das Dores.

Ainda que a instrução no Colégio tenha sido simbolizado na sagrada *missão* tanto da maternidade quanto para a manutenção da “natureza feminina”, do recato e do pudor, da ação educadora dos filhos e filhas, as novidades das ciências e dos ideais positivistas se fizeram presentes nos eu cotidiano, em especial as ciências que tratavam das ocupações femininas. O aproveitamento do tempo à noite em família, o hábito de economizar, simbolizada na expressão “o tempo é ouro”, foi incorporado à disciplina de Economia Doméstica nos primeiros anos de funcionamento da instituição, consistindo na aprendizagem de saberes dirigidos à administração da vida familiar. As principais atribuições para o governo da casa, assim como o vestuário e sua conservação, foram temas incorporados aos conteúdos programáticos em meio à reelaboração de tais saberes e habilidades, apoiando-se em conceitos “científicos”, dando-lhes uma roupagem escolar e didática, em conformidade com os preceitos modernizadores.

A associação entre pecado e sexo sem fins de procriação, assumida pelo cristianismo, é uma das razões para a valorização da virtude. Assim é que eram exigidos das alunas o respeito aos costumes, regras, normas e convenções, ou seja, da disciplina,

sob o olhar vigilante das religiosas, no propósito de formar jovens cultas, polidas, sociáveis, mas, sobretudo, cristãs, católicas convictas que difundissem na família e na sociedade os valores da religião. Ou como sugere Algranti (1999), de uma mulher sem identidade, virtuosa e honrada como a que o século XIX buscou consagrar.

### **Considerações finais**

Em São João del-Rei, a possibilidade da profissionalização do magistério primário para as mulheres começou a ser pensada a partir da instalação da primeira Escola Normal na cidade, em 1884, voltada para ambos os sexos. A intensidade com que esse projeto buscou se afirmar na sociedade indica que se tratava de algo em construção, algo não instituído, assim como demonstra o quadro de criação da maioria dessas escolas no Brasil. Marcada por fragilidades, ingerências administrativas e, principalmente pela ausência de investimentos financeiros para sua difusão e consolidação, são indicadores de problemas que, dentre outros, levaram à sua extinção nos anos iniciais do século XX<sup>xxii</sup>.

Por outro lado, a legitimidade conquistada pelo Colégio Normal Nossa Senhora das Dores por meio de sua equiparação às Escolas Normais Oficiais do Estado, em 1905 não justificava, para alguns, o funcionamento simultâneo de duas escolas de formação primária na região. Para outros a medida foi tomada simplesmente como medida de economia. O término da experiências de um pouco mais de duas décadas da Escola Normal pública se constituiu (e ainda se constitui) em sinal de forças das “vicentinas” na cidade de São João del-Rei, eficiência de estratégias e de efetividade da ação educativa protagonizada pelas Irmãs na cidade.

Com o trabalho foi possível observar que a escolha das alunas pelo magistério aparece como uma condição de possibilidade, dado que, havia poucos lugares “permitidos” a uma “mulher de família” em que pudessem exercer uma profissão *digna e remunerada*. Assim é que as características consideradas tipicamente femininas (docilidade, fragilidade, simplicidade, humildade...) reforçavam a ideia de que a docência deveria ser percebida mais como um sacerdócio e um gesto de entrega do que propriamente uma profissão. A instituição de novos hábitos e comportamentos, especialmente aqueles ligados às transformações urbanas produzindo novas demandas sociais somavam-se a essas condições permitindo às mulheres a possibilidade de aprender uma profissão.

### **Referências**

ALGRANTI, Leila Meza. *Honradas e devotas*: mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ARRUDA, Maria Aparecida. *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades*: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905). Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da UERJ, 2011.

ARAÚJO *et al* (Org). *As escolas normais no Brasil*: do império à república. Campinas: Alínea, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O espaço escolar como objeto da História da Educação: algumas reflexões. In: *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, v. 24, n. 1, jan/jun, 1998.

FOUCAUL, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. “O que são as luzes”. In MOTTA, Manoel (Org). *Foucault: dittos e escritos II*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVEIA, Maria Cristina. Mestre: profissão professor(a) processo de profissionalização docente na província mineira no período imperial. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 2, jul/dez, 2001.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais – São João del-Rei (1831-1888)*, São Paulo: Annablume, 2002.

LEONARDI, Paula. Igreja católica e educação feminina: uma outra perspectiva. In: *Revista HISTEDBR* On-line, Campinas, n. 34, jun, 2009, p. 180-198.

MUNIZ, Diva do Couto. *Um toque de gênero*: história e educação em Minas Gerais (1835-1892), Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Rúbia Soraya Lelis. *As fotografias de André Belo (1879-1941)*: imagens da modernidade em São João del-Rei, Dissertação (Mestrado em Educação), UFMG, 2006.

SILVA, José Claudio Sooma. *Teatros da modernidade*: representações de cidade e de escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação , UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VEIGA, Cynthia Greive. Elaboração de hábitos civilizados na constituição das relações entre professores e alunos (1827-1927). In: *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 21, set/dez, 2009.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, jun/2001.

VILLELA, Heloisa. *Da palmatória à lanterna mágica*: a escola normal da província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876). Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, São Paulo, USP, 2002.

---

<sup>i</sup> MUNIZ (2003).

<sup>ii</sup> São João del-Rei, ao longo do século XIX duplica o número de habitantes. Segundo Alexandre Mendes CUNHA (2007, p. 26-27), a população de São João del-Rei em 1838, entre livres e cativos, somava cerca de 7.000 habitantes. Em 1859 já seria, aproximadamente, de 8.500. Segundo GRAÇA FILHO (2007, p. 51), em 1872, a população da cidade era de 10.733 habitantes. Se a este número acrescentarmos os municípios, no mesmo período, chegaria a 35.000. No entanto o jornal Arauto de Minas de 14 de abril de 1877, em folhetim, informava que a população urbana de São João del-Rei era de 8.110 habitantes, dos quais 1359 eram escravos, 3908 pardos e 1739 pretos, registrando uma queda na população em comparação aos números apresentados por Graça Filho. Segundo os dados do recenseamento de 31 de dezembro de 1900, a população de São João del-Rei era de 54.132 habitantes, sendo 27.185 homens e 26.947 mulheres. (Synopse do recenseamento, Rio de Janeiro, Typografia da Estatística, 1905). Sítio: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>. Um estudo sobre a modernidade em São João del-Rei foram realizadas por RIBEIRO, R. S. L. *As fotografias de André Belo (1879-1914): imagens da modernidade em São João del-Rei*, Dissertação (Mestrado em Educação), UFMG, 2006.

<sup>iii</sup> FOUCAULT (2000).

<sup>iv</sup> O termo *forma escolar* é aqui entendido como um conjunto de características que configuram uma unidade. Nesse conjunto se inserem a importância das regras na aprendizagem: a organização racional do tempo (o tempo da escola), a multiplicação e a repetição de exercícios (o modo de fazer), cuja função é aprender conforme as regras, a definição de um espaço, distinto daquele de outras práticas sociais e saberes específicos a serem ensinados. A relação pedagógica (entre alunos e mestres) envolve a submissão a uma nova forma do poder. Maiores detalhes, conferir Guy Vicent, Bernard Lahire e Daniel Thin (2001, p. 7-46). Segundo esses autores, a forma escolar constitui-se historicamente e, como fruto das relações sociais, está cotidianamente em mudanças ou em processos de transformação.

<sup>v</sup> FARIA FILHO (1998, p. 147).

<sup>vi</sup> Essas preocupações foram desenvolvidas por José Claudio Sooma SILVA (2009) cujo cenário foi a cidade do Rio de Janeiro e Buenos Aires nos anos 1920. Maiores detalhes cf. SILVA, J. C. S. *Teatros da modernidade: representações de cidade e de escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>vii</sup> Segundo LEONARDI (2009), um modelo de organização das congregações religiosas que se tornou dominante na França durante o século XIX se pautou na conexão das congregações com a superiora geral. Segundo a autora, “essas instituições tinham a possibilidade de se desenvolverem em diversos lugares, mas sempre ligadas à superiora geral e a uma sede, chamada Casa Geral ou casa Mãe, de onde emanavam todas as ordens e decisões sobre os rumos da Congregação: recrutamento, trabalhos assumidos, compras de prédios” (tese, p. 87).

<sup>viii</sup> Segundo Maria José Rosado Nunes (2006), a vinda das congregações femininas iniciam as atividades no Brasil em 1849, sendo a primeira delas as Filhas da Caridade, em 1849. Entre 1872 e 1920, cinqüenta e oito congregações européias se estabeleceram em terras brasileiras; outras 19 também são fundadas no Brasil por essa época.

<sup>ix</sup> Mariana foi a primeira cidade brasileira a receber as Filhas da Caridade, com o propósito de “reformar o mundo pela fé e pela caridade” (MUNIZ, p. 149). Suas ações, no entanto, espalharam-se por todo o país. Cf. ainda o sítio <http://www.fv.org.br>, acesso em: 10/12/2010.

---

<sup>x</sup> A Santa Casa de Misericórdia foi a instituição mantenedora do CNSD. Os acontecimentos que envolvem as duas instituições foram analisados na minha tese de doutorado intitulada “Formar almas, plasmar corações dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905). Tese de Doutorado (Doutorado em Educação), UERJ, 2011.

<sup>xi</sup> Observamos ter as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo ter atendido, no período entre 1849-1949, o total de 814.794.305 indivíduos em orfanatos (46), creches (22), ambulatórios, hospitais, asilos, leprosários, asilos de alienados e sanatórios. E 30.243 pessoas em colégios/escolas (81), incluindo escolas de enfermeiras (5), puericultura (2), faculdade de filosofia (1). Fonte: 100 anos de caridade no Brasil. Editado pela Filhas da Caridade, Rio de Janeiro, 1949, apud MUNIZ (2003, p. 326).

<sup>xii</sup> A implantação do grupo escolar na escola primária em Minas Gerais foi instituída a partir da reforma João Pinheiro. No seu governo, instituiu-se, por meio da Lei n. 439, de 28 de setembro de 1906, no Art. 3. que o ensino primário seria gratuito e obrigatório e especificava que seria ministrado em: I. Escolas isoladas; II. Grupos escolares e III. Escolas – modelo, anexas às escolas normais. Fonte: APM, Lei n. 439, de 28 de setembro de 1906.

<sup>xiii</sup> VEIGA, C. G. 2009, p. 81-82.

<sup>xiv</sup> Art. 2º, § 15, item 05 do regulamento n. 100.

<sup>xv</sup> Idem, item 10 do regulamento n. 100.

<sup>xvi</sup> Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Pública da Província de Minas Gerais, Outro Preto, 25 de outubro de 1886, anexo ao relatório do Presidente da Província em 1887.

<sup>xvii</sup> Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública da Província de Minas Gerais, anexo ao relatório do Sr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães, p. 8-9. Ouro Preto, 25 de outubro de 1887.

<sup>xviii</sup> Relatório, 1852a, p. 4, *apud* Cynthia Veiga, 2008, p. 507.

<sup>xix</sup> GOUVEIA (2001, p. 51).

<sup>xx</sup> Estudos detalhados sobre a história de criação dessas escolas podem ser observados no livro organizado por ARAUJO *et al* (orgs). As escolas normais no Brasil: do império à república. Campinas: Alínea, 2008.

<sup>xxi</sup> Artigo publicado no jornal *O Estudante*, publicado em abril de 1987, assinado por Abgar Campos Tirado.

<sup>xxii</sup> Estudo acerca desta instituição foi realizado por mim na tese de doutorado, anteriormente citada.